



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

MINUTA DA ATA DA 43ª REUNIÃO, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2008

1 Aos 07 dias de março de 2008, de 14 às 19 horas, reuniu-se o Comitê da Bacia
2 Hidrográfica do Rio das Velhas, no auditório da COPASA, rua Mar de Espanha, 525, em
3 Belo Horizonte. **Participaram os seguintes conselheiros titulares: (Conferir sae**
4 **7 lagoas)** Antônio Mário de Castro, Ronald de Carvalho Guerra, Vicente de Paulo
5 Becho de Freitas, Écio Antônio Belo, Alexander Gonçalves da Silva, Ênio Resende de
6 Souza, Luiz Carlos Alcântara Moraes, Antônio Otávio Gontijo, José Nelson de Almeida
7 Machado, Cecília Rute de Andrade Silva, Mauro Lobo de Rezende, Flávia Mourão
8 Parreira do Amaral, Fernanda de Melo Mota, Ademir Martins Bento, Bruno Gattás
9 Hallak, Ivana Eva Novais de Souza, Valter Vilela Cunha, Luiza de Marillac Camargos,
10 Scheilla Samartine Gonçalves, Rogério Sepúlveda. **Participaram os seguintes**
11 **conselheiros suplentes:** Marcelo Coutinho Amarante, José Elias Cunha, Maria Mércia
12 Rodrigues, Alcione Ribeiro de Matos, Valter José Gonçalves, Wagner José Silva Melillo,
13 Tarcísio de Paula Cardoso, Elizabeth Reis Martins Teixeira, Renata Felipe Silvino,
14 Hildelano Delanusse Theodoro, Luiz Cláudio Figueiredo, José Luiz Campello, Antônio
15 Salvo, Mário Salvo Britto. **Participaram também:** Antônio Eustáquio Oliver, Ricardo
16 Aroeira, Myriam Mousinho, Evode José dos Santos, Natália Geracina Fagundes,
17 Leandro Félix Alves Costa, Gabriel Turani Maia, Paulo Henrique de Lucca Munaier,
18 Mauro da Costa Val, Weber Coutinho, Saulo de Albuquerque, Hilda de Paiva Bicalho,
19 Liliane Castro, José Procópio de Castro. **Justificaram ausência os seguintes**
20 **conselheiros:** Luiz Felipe, Francisco Xavier, Gleide Sodrê e Fabrício Araújo Martins.
21 **Pauta da Reunião: 1 - Discussão e votação da ata da 42ª reunião:** A ata foi
22 aprovada com as seguintes alterações: Rogério – linha 56 – completar com: O Plenário
23 deliberou que o empreendedor deverá apresentar o projeto do aterro de Ribeirão das
24 Neves em reunião do Subcomitê do Ribeirão da Mata.
25 **2 - Discussão sobre Agência Única da bacia do rio São Francisco:** Thomaz Mata
26 Machado, Presidente do CBH São Francisco não pode comparecer e solicitou ao
27 Presidente do CBH-VELHAS, Rogério Sepúlveda, informar sobre a reunião da diretoria
28 do CBH-SF com a diretoria do CBH-VELHAS, realizada na parte da manhã do dia 07 de
29 março de 2008. Rogério lembrou que o posicionamento do CBH Velhas é de que haja
30 entre o CBH-SF e os comitês de afluentes mineiros uma mais efetiva integração
31 visando ao fortalecimento institucional, sendo que a Agência Única se insere nessa
32 possibilidade. José Nelson comentou sobre a dificuldade para viabilizar a Agência de
33 Bacia da calha do rio São Francisco. Ronald Guerra comentou que a viabilidade da
34 Agência Única depende do recebimento do 0,75% do setor elétrico, que é
35 encaminhado à Agência Nacional de Águas – ANA, salientando que ainda existe a
36 possibilidade de que seja agregado o valor previsto para a transposição do São
37 Francisco que não foi contemplado nos estudos.
38 **3 - Recursos financeiros do Proágua Nacional para os estudos sobre a**
39 **cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio das Velhas.** O Dr. Oliver,
40 coordenador geral do Proágua em MG fez uma apresentação sobre o Proágua Nacional
41 informando sobre o Convênio com a ANA que prevê 11 projetos de Gestão, sendo que
42 para a bacia do rio das Velhas está previsto o “Estudo de metodologia da cobrança
43 pelo uso das águas”. Informou também que o Edital já foi publicado na forma de
44 manifestação de interesse e que a abertura das propostas será no dia 11 de março de
45 2008. Explicitou os itens do trabalho sobre o estudo da cobrança, dentre eles: revisão
46 de metodologias adotadas no país em relação à cobrança, principais usuários da bacia
47 do rio das Velhas e estimativa dos cenários a serem propostos. Rogério Sepúlveda
48 salientou sobre a necessidade de promover oficinas com a participação do CBH-Velhas
49 para melhor entendimento do tema ao que Dr. Oliver respondeu que o plenário iria



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

acompanhar esse processo, com total aderência junto à Câmara Técnica de Outorgas e Cobrança – CTOC e ao CBH Velhas. Informou também que a empresa de consultoria a ser escolhida terá seis meses de prazo para realizar o estudo e este será validado pelo Comitê. Mauro da Costa Val, convidado do Presidente do CBH Velhas, comentou que este tema causa receio no setor de usuários e que deve haver um cuidado para que não haja dificuldades na implementação da cobrança e ainda que não existe um cadastro de usuários da bacia. Luiza de Marillac (Igam) agradeceu a intervenção de Mauro Val, pois teria oportunidade também de esclarecer sobre as decisões da gestão anterior do CBH Velhas aos novos membros do Comitê que na reunião de fevereiro de 2007 na Serra do Cipó aprovava cronograma para a implementação da cobrança na bacia. Disse que o Comitê decidiu iniciar a cobrança com o banco de dados das outorgas concedidas pelo IGAM e que haverá programa de comunicação social antes da implementação da cobrança. Afirmou que o usuário vai saber antes da implementação da cobrança quanto irá pagar, pois este valor será negociado, com base no estudo sobre a cobrança e com o apoio do programa de comunicação social. José Nelson (Abes) lembrou a todos da Campanha de regularização do uso de recursos hídricos o que irá potencializar o processo da cobrança na bacia. Afirmou que como Diretor da AGB-Peixe Vivo, não via preocupação com esta movimentação, pois será realizado o programa de comunicação social. Ênio (Emater) manifestou dizendo que a cobrança é estudo sério e complexo e que será apresentado ao Comitê, sentindo-se feliz por esta proposição. Vicente (Funilândia), produtor rural, disse que é produtor de água e que há muita dificuldade para os pequenos produtores para obterem outorga e que não há incentivos e somente fiscalização. Dr. Oliver respondeu que se ele faz intervenção em curso de água tem que ter outorga, sugerindo que Vicente procurasse fazer seu registro na Campanha que termina no final de julho. Dessa forma ele estará protegido de alguma fiscalização que possa ocorrer em sua propriedade. Falou também que há necessidade de aperfeiçoamento dos processos autorizativos e que as coisas mudam quando o grupo faz a mudança. Houve várias manifestações em relação as altas taxas cobradas para o licenciamento e que o Estado deve dar uma solução para os pequenos produtores rurais. Flávia informou que nos dias 10 e 11 de março seria realizado seminário sobre licenciamento ambiental, sendo o fórum adequado para tratar esse assunto. Dr. Oliver agradeceu pela oportunidade de apresentar as atividades do Proágua, e parabenizou o esforço de todos pela evolução do CBH Velhas.

4 - Relato sobre a situação da AGB-Peixe Vivo. José Nelson esclareceu que a Agência é o órgão operacional executivo para fazer com que as deliberações do Comitê sejam cumpridas. Disse que a Peixe Vivo tem a possibilidade de ser Agência de outros Comitês, afirmando que ela já está registrada em cartório e tem CNPJ. Disse que todos estão empenhados em constituir a Assembléia Geral da Agência, mas há necessidade dos usuários fazerem o termo de adesão. Informou sobre as empresas que já se associaram e fez solicitação para a agilização de outros termos de adesão. Informou também que a sede da Peixe Vivo havia sido inaugurada naquele dia no horário de 11 horas, e que as salas foram cedidas pela CODEVASF sob a coordenação do IGAM. Afirmou que viabilização da sede é um marco significativo do processo de gestão da bacia. Valter Vilela informou que a FIEMG está fazendo contato com os usuários e que fala em toda reunião para que os usuários se associem. Bruno da Holcim informou que levou a proposta para que os responsáveis da companhia assinassem o Termo de Adesão e acredita que tudo estará resolvido em breve. Alexander da CEMIG também informou que a companhia não tem nenhum óbice em se filiar a Peixe Vivo, porém o processo jurídico no âmbito da companhia é moroso. Esclareceu que o termo de adesão está em análise e o processo está caminhando. Hilda, vice-diretora da AGB-Peixe Vivo manifestou dizendo da necessidade da inscrição dos usuários para dar início



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

101 aos trabalhos da Agência, informando que eles irão pagar dois salários mínimos até a
102 implementação da cobrança. Continuou dizendo que os usuários fizeram questão de
103 participar da Agência compondo com dois terços e a sociedade civil com um terço e
104 agora estão demorando demais a aderir. Jose Nelson, falou da necessidade de se
105 estabelecer estratégia para conseguir novos termos de adesão e da importância das
106 empresas participarem da Peixe Vivo.

107 **5 - Câmaras Técnicas - CT do CBH-Velhas.** Rogério informou sobre a composição
108 das CTs (2 representantes de cada segmento) e que o Comitê tem as seguintes
109 Câmaras: Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL, Câmara Técnica de Outorgas e
110 Cobrança - CTOC, Câmara Técnica de Planos, Projetos e Controle - CTPC, e Câmara
111 Técnica de Comunicação - CTC. Flávia Mourão esclareceu que a entidade pode indicar
112 outro representante, não havendo necessidade de ser o membro do plenário. Rogério
113 (I.Guaicuy) mostrou a composição de algumas câmaras técnicas e Valter Vilela
114 (Copasa) sugeriu fornecer prazo de 10 dias para que o plenário se manifeste em
115 relação à participação nas CTs. Rogério ficou de enviar e-mails informando a
116 composição das CTs e vai aguardar manifestação dos conselheiros no prazo
117 estabelecido. Falou também que convidou o Dr. Sérgio Menin para ser coordenador da
118 CTPC.

119 **6 - Participação no COPAM (URC-RV).** Rogério informou que foi solicitado ao CBH
120 Velhas indicar 03 representantes para compor a Unidade Regional Colegiada - URC-
121 Rio das Velhas, um por segmento. Disse que para haver integração entre os sistemas
122 ambiental e de recursos hídricos não é suficiente haver uma vaga para os comitês na
123 URC que será responsável pelo licenciamento ambiental. Para essa integração é
124 necessário que a análise dos empreendimentos leve em conta os impactos em toda a
125 bacia hidrográfica. A participação dos representantes se dá com rodízio entre os
126 segmentos durante o mandato de três anos: no primeiro ano, por exemplo, participaria
127 o representante da sociedade civil, no segundo ano o dos usuários, e no terceiro ano
128 as prefeituras. Tendo colocado sua posição Rogério abriu a discussão para o plenário
129 se manifestar. Mauro Val falou que há um sistema híbrido, qual seja: sistema de
130 gestão ambiental e de recursos hídricos. Disse que o sistema de meio ambiente
131 autoriza vários lançamentos sem olhar se o rio tem capacidade de depurar. Afirmou
132 que o sistema ambiental é burocrático e há necessidade de mudar a Lei olhando o
133 meio ambiente como um todo e a bacia hidrográfica de forma sistêmica. Informou que
134 o CBH-PARAOPEBA vai pautar essa mesma discussão em sua próxima reunião, para se
135 ter um posicionamento sobre a questão. Ênio Resende acrescentou que o Seminário
136 sobre o licenciamento ambiental é oportuno para se levantar o assunto, pois há
137 necessidade de mudanças legais. O SISEMA avançou, pois reconheceu a unidade
138 geográfica, porém há necessidade de aperfeiçoamentos. Flávia Mourão ponderou que
139 havia duas discussões a serem realizadas. A primeira discussão seria sobre o papel dos
140 órgãos colegiados no licenciamento e se estes continuam licenciando ou estabelecem
141 diretrizes para o licenciamento. Disse que em MG quem licencia é o COPAM e os CBHs
142 não têm vivência nem estrutura para esta tarefa. A segunda discussão é sobre se o
143 CBH VELHAS iria aproveitar essa oportunidade ou não iria participar da URC-RV. Ênio
144 Resende comentou que o COPAM teve avanço por exercer a questão política. As
145 Câmaras temáticas discutem políticas e as URCs licenciam. Concordou com a Flávia no
146 sentido de se ter uma transição, afirmando que o CBH tem legitimidade geográfica,
147 mas reconheceu que há necessidade de transição. Ponderou que talvez fosse
148 importante indicar os membros para num futuro próximo o Comitê fazer este trabalho,
149 complementando que a responsabilidade jurídica e técnica é dos órgãos licenciadores.
150 Ronald aprovou a fala da Flávia Mourão complementando que quem iria resolver os
151 problemas de licenciamento é quem está perto - os municípios.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

152 Complementou que há necessidade de fusão do sistema de licenciamento com a
153 gestão de recursos hídricos, porém não é papel do Comitê licenciar. Hilda comentou
154 que o impacto do empreendimento é gerado no município e deve passar nos CODEMAS
155 necessitando ser integrado. Rogério concluiu dizendo que a discussão foi um indicativo
156 da necessidade de se construir um processo de estudo e proposições e que não iria
157 fazer as indicações naquele momento. Ronald argumentou que não se deveria
158 continuar licenciando pelas URCs sem observar o impacto na bacia. É necessário que
159 respeite a bacia hidrográfica. Não há necessidade de o Comitê participar, porém há
160 que se mudar a metodologia do licenciamento. Sugeriu-se pautar esse assunto na
161 próxima reunião convocando algum técnico do SISEMA e Luiza de Marillac ficou de
162 encaminhar essa demanda.

163 **7 - Apresentação resumida de projetos para o FHIDRO.** Ricardo Aroeira da PBH
164 apresentou projeto de desapropriação e reassentamento de famílias para implantação
165 de interceptores nas sub-bacias do Ribeirão Isidoro: Fazenda Velha, Capão, Rib.
166 Vermelho e Piratininga. Apresentou o diagnóstico do esgotamento sanitário de BH e os
167 índices elevados de atendimento pelos serviços de esgotamento sanitário quando
168 comparados à realidade nacional. Mencionou os principais projetos da PBH:
169 DRENURBS, VILA VIVA e Orçamento participativo. Comentou sobre a importância da
170 implementação dos interceptores para evitar que os esgotos sejam lançados
171 diretamente nos cursos d'água e para viabilizar o encaminhamento dos esgotos à ETE
172 ONÇA. Comentou também sobre a subutilização da ETE ONÇA, pois os esgotos de
173 360.000 hab. não são tratados. Afirmou que a execução do projeto vai reduzir o déficit
174 no sistema de esgotamento sanitário em BH e contribuir para a Meta 2010. Informou
175 que o valor total do projeto era de 25 milhões e citou os produtos esperados:
176 universalização do sistema de esgotamento sanitário e eliminação de lançamentos. Ao
177 final da apresentação houve muitas discussões acerca do projeto, do seu alcance,
178 necessidade de mais informações principalmente sobre o custo unitário por família
179 beneficiada que foi considerado muito elevado. Myriam, gerente adjunta do Projeto
180 Estruturador – Meta 2010 afirmou que o reassentamento era uma das ações mais
181 caras apontadas no Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia do rio das Velhas.
182 Valter Vilela esclareceu que a missão do comitê era a de avaliar sobre a importância do
183 projeto. Ronald solicitou que na próxima reunião do CBH-VELHAS seja apresentada a
184 situação dos projetos da bacia contemplados pelo FHIDRO. Luiza de Marillac esclareceu
185 que todos os projetos aprovados para o FHIDRO devem estar alinhados com o Plano da
186 bacia e que o projeto apresentado tem como objetivo o alcance da Meta 2010, o que
187 era totalmente compatível com o citado Plano. Flávia Mourão falou que o projeto é
188 uma oportunidade para resolver problemas históricos da bacia. Dona Ivana
189 argumentou que o Barreiro é a caixa d'água do município de Belo Horizonte e pediu
190 esclarecimentos sobre o que está sendo feito para a região. Ricardo Aroeira respondeu
191 que um dos principais recursos do DRENURBS é para grandes obras de saneamento na
192 região do Barreiro. Disse que a PBH tem critérios e prioridades para investimentos.
193 Após as discussões o projeto foi aprovado. Evode José Santos (Emater de Matozinhos)
194 apresentou projeto de revitalização da Lagoa do Fluminense que tem como objetivo o
195 seu desassoreamento e revitalização, além de uma série de ações. O custo do projeto
196 é cerca de dois milhões. Este projeto também foi aprovado.

197 **8 - Informe sobre a Usina Rio de Pedras.** Alexander da CEMIG informou que o
198 assoreamento não era produzido pela barragem e sim pela bacia e para a Usina
199 funcionar haveria necessidade de se fazer limpeza de forma freqüente. Afirmou que o
200 processo é licenciado pelos órgãos competentes. Disse que o primeiro passo é o de
201 criar o Subcomitê do rio Maracujá e através deste implementar estudos e pesquisas
202 que venham contribuir para a melhoria ambiental da bacia. Ronald argumentou que o



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

203 problema já havia sido discutido, sendo realizadas duas reuniões para a formação do
204 Subcomitê do rio Maracujá, no entanto a CEMIG ficou de apresentar um plano de bacia
205 e precisa avançar. Alexander concluiu dizendo que o posicionamento da CEMIG é o de
206 que ela não é a única a resolver os problemas da barragem e que há necessidade de
207 encaminhamentos para resolver o problema. O Sr. Mário lembrou que a CEMIG
208 prometeu fazer a mesma coisa no rio Paraúna.

209 **9 - Assuntos gerais.** Valter Vilela falou sobre o projeto da COPASA, relativo a obras
210 de drenagem no Córrego Passaginha, o que iria viabilizar o tratamento de esgotos do
211 município de Curvelo, propiciando a implementação de área verde, por meio de parque
212 linear de 2,6 hectares. Informou também que o projeto teve parecer favorável da
213 SUPRAM, sem condicionantes, mas precisava da anuência do CBH-VELHAS para dar
214 início às obras. Ronald sugeriu a aprovação do projeto e pautar sua apresentação na
215 próxima reunião do Comitê. Mauro Lobo informou sobre acidente ocorrido na Estação
216 de Fechos e que este não tinha relação com as atividades da mina de Capão Xavier.
217 Valter Vilela complementou dizendo que foi uma fatalidade, pois choveu em menos de
218 uma hora, 210 mm, o que provocou deslizamento de árvores centenárias no vale.
219 Disse também que a captação estava paralisada desde o carnaval, em função da
220 dificuldade de retirar o material. Luiza de Marillac informou sobre a execução do
221 cadastramento de usuários na bacia do rio das Velhas através de convênio celebrado
222 pela ANA e IGAM. Tarciso ACOMCHAMA sugeriu que para o melhor andamento da
223 reunião fosse pautado inicialmente, o que deveria ser votado. Luiz Cláudio também
224 sugeriu que se aproveitassem as Câmaras Técnicas para discutir os assuntos pautados
225 na reunião. Posteriormente, estas poderiam subsidiar o plenário, propiciando maior
226 agilidade e entendimento das questões. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi
227 encerrada às 18:45 min.

228

229